

ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

BRUNA DA SILVA MARIM
CLEITON SANTOS FERREIRA
LAÍNE ROCHA MOREIRA
Universidade do Estado do Pará
Altamira, Pará, Brasil
E-mail: bruna.marim@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa iremos abordar sobre como os profissionais de educação física devem desenvolver a atividade física adaptada, respaldado pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB) - de 9.394/96, que em seu Capítulo V, trata exclusivamente da educação especial, mais especificamente no Art. 58, onde “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A educação física apesar de parecer contraditório pelo paradigma higienista devido proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, que através de seu contexto histórico, é uma das áreas do conhecimento que mais se desenvolveu nos últimos anos em relação à sua especificidade relacionada à Educação Física e as pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs), onde por vários momentos foram excluídos e marginalizados principalmente devido a suas limitações físicas. Por conseguinte a Educação Física Adaptada se torna então uma subárea da educação física escolar, compreendendo assim a um programa diversificado de atividades de cunho desenvolvimentista como os jogos, esportes e ritmos, adaptados aos interesses e as necessidades das pessoas com necessidade educacionais especiais não podem participar com sucesso e segurança das rigorosas atividades do programa geral da Educação Física (WINNICK, 2004).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo relatar os principais fatores relacionados ao contexto histórico, intrínsecos a trajetória da Educação Física Adaptada, as características primordiais de algumas deficiências tanto auditiva, visual, mental, física quanto múltiplas, além de evidenciar como os profissionais de Educação Física devem desenvolver atividades para esse público-alvo.

Desta forma, é válido ressaltar que ouvimos a palavra inclusão constantemente sendo mencionada em diversas instituições, especialmente nas últimas décadas. Entretanto, surgem alguns questionamentos que merecem aprofundamentos teóricos como: Será que essas pessoas vêm sendo incluídas nas aulas de Educação Física? Será que os profissionais de educação física são habilitados em sua formação para trabalharem com pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais?

Neste contexto, de acordo com Silva *et al* (2008), ainda nos deparamos na escola, com uma realidade contrária aos direitos das pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais. Ainda há grande maioria das crianças com deficiências não tem estímulos ou até mesmo se acham incapazes de executar tal atividade proposta, e acabam não tendo participação nas aulas de Educação Física.

Isso mostra que são poucos os profissionais que tem conhecimento e experiência no desenvolvimento de atividades voltadas para a área da educação física adaptada, ou até mesmo não compreendem a visão da escola no que se refere à inclusão, limitando-se a uma prática desportiva pensada sobre deficiente paraolímpico. Entretanto, não se pode aceitar que hoje, com o advento das pesquisas na área de atividade física e saúde, uma pessoa seja excluída da prática regular de exercícios por apresentar alguma deficiência (GORGATTI; COSTA, 2005).

Contudo a metodologia empregada nesta pesquisa foi de procedimento bibliográfico com caráter qualitativo, em busca de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, referenciados por Lakatos e Marconi (2011), devido haver a necessidade de realizar um detalhado estudo das informações obtidas através de inúmeras literaturas, artigos e site especializados. Desta forma, a pesquisa será embasada em autores renomados que dissertam sobre o tema como Fonseca (1995), Gorga (1997), Mazzota (2003), Silva (2008), Rosadas (1989) e Winnick (2004).

CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE EDUCAÇÃO COM PESSOAS ESPECIAIS

Os problemas sociais que envolvem os deficientes acompanham os homens desde os tempos remotos da civilização, posto que, a história nos mostra que o portador de deficiência tem tido momentos distintos em seu relacionamento social, principalmente no que tange a momentos marcados tanto por rejeições, estereótipos, preconceitos, como por segregações históricas, alguns os baniam por serem considerados um atraso na sobrevivência de seu grupo, outros eram vistos como coisas exóticas ou atrações de circo, essas pessoas eram ridicularizadas por aqueles que observavam tornando-se visto como vítima, ocorrendo assim o protecionismo exacerbado.

Neste contexto, segundo Castro (2005) os primeiros vestígios de educação especial surgiram na França, onde Thomas Gallaudet estabeleceu a primeira escola residência para surdos em 1817, que deu origem à Universidade de Gallaudet nos Estados Unidos (EUA).

Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para o atendimento de pessoas com necessidade especiais.

Segundo Mazzotta (2003) a inclusão da "educação de deficientes", da "educação dos excepcionais" ou da "Educação Especial" na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos 50 e início da década de 60 no século XX, em tempos bastante tardios em relação ao outros países.

Com o passar dos tempos, houve uma evolução na Educação Física no sentido de melhorar a prática pedagógica que supre as necessidades de pessoas com deficiências, especificadas com definições distintas para o mesmo termo a qual passou a ser denominada Educação Física Adaptada, que, conforme Winnick (2004, p. 04):

tem o objetivo de suprir necessidades especiais de longo prazo (mais de trinta dias). As pessoas com necessidades especiais incluem os portadores das deficiências na Individual Swith Disabilities Education Act (IDEA). De acordo com a IDEA, o termo criança portadora de deficiência designa a criança que necessita de Educação Especial e de serviços relacionados, por apresentar retardo mental, comprometimentos auditivos (inclusive surdez), comprometimentos de fala ou linguagem, comprometimentos visuais (inclusive cegueira), distúrbio emocional grave, comprometimentos ortopédicos, autismo, traumatismo crânio-encefálico, outros problemas de saúde, distúrbios de aprendizagem específicos, surdez-cegueira ou deficiências múltiplas.

Atualmente tem mudado os discursos da sociedade em relação a pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, onde se tem visado muito à questão da inclusão. Esta nova perspectiva nos adverte que a Educação Física está orientada para ações que visam encorajar e promover a atividade física para todos os cidadãos, independente de cor, raça, religião ou limitações físicas ou mentais, durante a vida do indivíduo.

CARACTERÍSTICAS PRIMORDIAIS DE ALGUMAS DEFICIÊNCIAS

Considera-se Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, que gerem incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Segundo a Revista Direitos Fundamentais e Democracia (2009) apesar de a ciência ter experimentado um bom avanço no campo da saúde, alguns potenciais agentes causadores de deficiência continuam vitimando pessoas. Constituem exemplos, ainda e infelizmente, a rubéola congênita, a meningite, as anomalias genéticas e hereditárias, para citar alguns destes males. Em paralelo, outros potentes agentes causadores de deficiência estão presentes no nosso dia-a-dia, tais como os acidentes de trânsito, o uso indiscriminado e facilitado de substâncias psicoativas, as minas em países que enfrentaram guerras civis prolongadas, as disputas acirradas entre quadrilhas em virtude de contrabandos e venda de entorpecentes, e os inevitáveis confrontos destas com os policiais, com medo e armados.

Baseado em Gorgatti e Costa (2005), a função da Educação Física na escola é educar para compreender e transformar a realidade que nos cerca, a partir de sua especificidade que é a cultura de movimento. Citam ainda que as deficiências podem ser: mentais, físicas, visuais, auditivas e múltipla.

A deficiência mental é caracterizada por várias restrições cognitivas e funcionais em vários aspectos como capacidade de realização das atividades da vida diária, socialização e convívio com outras pessoas.

Segundo Diament e Cypel (1996) o deficiente mental são aqueles que possuem uma inteligência insuficientemente desenvolvida; ele é incapaz de competir com igualdade com seus companheiros ditos "normais"; não conseguem cuidar de si próprio com independência; possui um vocabulário limitado com aprendizagem lenta; apresenta dificuldade na compreensão das explicações e informações.

Ademais, o Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 define a deficiência física como uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Em se tratando de deficiência visual, Mosquera (2000, p. 27), cita que ela é a "perda total ou parcial da visão, necessitando o seu portador, de recursos específicos, método Braille, sorobã, bengala e outros, para a alfabetização e socialização". A cegueira pode ser considerada em três níveis a cegueira, a visão residual e a visão subnormal.

Já, a deficiência auditiva Craft e Lieberman (2004) define a surdez como uma perda auditiva tão severa que torna o aluno incapaz de processar a linguagem por meio da audição, com ou sem o uso de um dispositivo de amplificação. O deficiente auditivo é o termo designado a uma pessoa a qual possui perda auditiva, onde a audição é insuficiente para compreender as informações.

A deficiência múltipla é a associação de duas ou mais deficiências que o indivíduo apresenta. Segundo Brasil (2004) o termo deficiência múltipla tem sido utilizado, com frequência, para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social.

Nas atividades adaptadas, devem-se respeitar as capacidades de cada um, nas diferenças e limitações proporcionando melhor desenvolvimento motor, intelectual, social e afetivo. Assim,

a área da Educação Física Adaptada é fascinante, cheia de possibilidades na qual o professor deve ser bom. Não dá para dar uma bola para eles brincarem, temos que orientar a brincadeira, porque se dermos a bola, muitas vezes eles não sabem nem o que fazer com ela (STRAPASSON, 2006, p. 17).

Segundo Fonseca (1995) a visão da educação tem de ser aberta e positiva, abrangendo as crianças com problemas emocionais e de comportamento, não confundindo com os problemas de aprendizagem com problemas de motivação ou com os tradicionais problemas de disciplina.

POLÍTICA NACIONAL PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADE ESPECIAIS

A Educação Física Adaptada (EFA) deve ensinar os alunos a fazer mudanças dentro de si, respeitar a individualidade de cada um, suas diferenças e limitações, trabalhar suas potencialidades, não subestimá-los, vibrar com suas conquistas, motivá-los a dar novos passos e oferecer oportunidade para que eles possam desfrutar da alegria proporcionada pela prática recreativa e esportiva (ROSADAS, 1989).

Uma série de instrumentos legais visa dar garantias aos portadores de deficiências, havendo leis específicas por tipo de deficiência. No geral, a Constituição Federal de 1988 lhes assegura “a plena inserção na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades”.

A Constituição Federal no seu artigo 5º garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade.

É importante acrescentar que a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, veda veementemente a discriminação quanto ao trabalho da pessoa com deficiência, em seu artigo 7º, inciso XXXI, quando explicita a “proibição de qualquer discriminação no tocante ao salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.

Para MACIEL (2000) a falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixado para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma.

RESULTADOS: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria das pessoas com deficiência foram e são excluídas das aulas de Educação Física (EF). Precipuamente a participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social (Brasil, 1997).

Para Gorgatti e Costa (2005), é importante focalizar o desenvolvimento das habilidades, selecionando atividades apropriadas, providenciando um ambiente favorável à aprendizagem encorajando a auto superação, a todos os participantes da EFA, além de fazer parte de um processo de educação do ser humano, e, se bem trabalhada e administrada, poderá surtir efeitos benéficos para os praticantes, bem como para a sociedade.

Já Gorla (1997) cita que a EFA tem como objetivo, um programa constituído de diversas atividades, que visam atingir determinados objetivos de acordo com a idade cronológica e o grau de desenvolvimento dos indivíduos, visando uma melhoria no rendimento motor, crescimento e saúde.

Assim, as propostas educacionais que se atentam a inclusão geralmente seguem ideias conservadoras, as quais têm como ênfase a tolerância e o respeito ao outro, esses sentimentos devem ser analisados de forma a entender plenamente sem esconder a verdadeira composição (MANTOAN, 2004).

Para se alcançar uma educação física inclusiva, ressalta-se, sobretudo, a precisão de compreendê-la primeiro, para assim, traçar novos caminhos (SILVA; JUNIOR; ARAUJO, 2008).

No primeiro momento, no que se refere ao contexto inclusivo o professor deve utilizar-se de um momento de socialização, estabelecendo relação de afetividade entre alunos com deficiência, juntamente com os tutores que irão ajudar neste processo, formando um propósito construtivo. Aproveitando para estudar essa criança e seus comportamentos e não deixando de brincar e se divertir com ela (CASTRO, 2005).

Contudo, para desenvolver um programa de inclusão, utilizando como meio a educação física adaptada é de extrema importância que o professor tenha conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência que o aluno apresenta, idade em que apareceu a deficiência se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. O educador deve também se atentar a diferentes aspectos do desenvolvimento humano biológico (físico, sensorial e neurológico), levando em conta interação social e afetivo-emocional (CIDADE, FREITAS; 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender o significado da EFA, suas contribuições para a Educação Física Escolar, e a possibilidade de Inclusão das pessoas portadoras de necessidade especiais através da mesma.

Neste sentido, aborda-se a EFA como semântica de um processo, cujo qual o profissional de Educação Física pode optar para melhor relacionamento e contribuição no desenvolvimento de Pessoas com Deficiência. A partir deste conjunto de informações, percebemos que, nos dias atuais, a PNEEs passou a ser vista de outra forma: quando adequadamente atendida, pode ter minimizado suas necessidades, podendo vir a ser uma pessoa socialmente integrada, produtiva e feliz. Assim, busca-se o respeito de ser diferente, a sua integração na sociedade. O atendimento ao portador de necessidades especiais pretende enfocar não o aspecto de sua incapacidade ou limitação, mas suas potencialidades, sua competência e seu desempenho.

Acreditamos que a implantação de disciplinas específicas na grade curricular dos cursos de EF no País constitui um passo fundamental para a preparação destes profissionais, posto que, vem acompanhando o processo de mudanças que está ocorrendo no meio social e educacional.

Referencia

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acessado em: 04 de outubro de 2011.
- BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem e deficiências múltiplas**. Brasília, 2004. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/index.php?...12654%3Asaberes-e-praticas-da-inclusao..>. Acessado em: 28 de setembro de 2011.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CASTRO, E. **Atividades Física Adaptada**. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.
- CIDADE, R. E. ; FREITAS, P. S.; **Noções sobre Educação Física e Esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.
- CRAFT, Diane H; LIEBERMAN, Lauren. Deficiência Visual e Surdez. In: WINNICK, Joseph P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. Barueri, SP; Manole, 2004.
- DIAMENT, A; CYPEL, S. **Neurologia Infantil**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 1996.
- FONSECA, Vítor da. **Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma Introdução as ideias de Feuerstein**. 2. ed. rev.aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GORGATTI, M. G.; COSTA R. F. **Atividade física adaptada**. São Paulo: Manole, 2005.
- GORLA, J. I. **Educação Física Especial: Testes**. Rolândia-Pr: Physical-Fisio, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo; Atlas, 2011.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência a questão da inclusão social**. In: Revista São Paulo em Perspectiva. v.14, n. 2 São Paulo Abr./Jun. 2000. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8392000000200008&script=sci_arttext>. Acessado em: 29 de setembro de 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e Diferenças na Escola Como Andar no Fio da Navalha**. Janeiro-abril, PUC – Dissertação de Mestrado (2004).

MOSQUERA, C. **Educação Física para Deficientes Visuais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

ROSADAS, S. C. de. **Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente**. Eu posso. Vocês duvidam? Rio de Janeiro / São Paulo: Atheneu, 1989.

SILVA, R. F.; SEABRA JUNIOR, L.; ARAÚJO, P.F. **Educação Física Adaptada no Brasil – da história à inclusão educacional**. V. 1. São Paulo: Phorte, 2008.

SIRQUEIRA, Dirceu Pereira. A tutela jurisdicional coletiva como instrumento facilitador dos direitos da pessoa portadora de deficiência, uma efetivação à cidadania: a interpretação justa e necessária dos mecanismos coletivos em prol da inclusão social. **Direitos Fundamentais e Democracia**. Curitiba, v.5, ano 2009. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br>>. Acessado em 29 de setembro de 2011.

STRAPASSON, A. **Apostila de Educação Física para Pessoas com Deficiência**, da Faculdade de Pato Branco. Pato Branco, PR: FADEP, 2006/2007.

WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004.

Bruna da Silva Marim
Rua: Luís Né da Silva, 1823, Bairro: Sudam I
Cep: 68370-000 Altamira- Pará
bruna.marim@hotmail.com